



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**CURSO DE BACHARELADO EM GASTRONOMIA**

**ADRIEL DE ALMEIDA MARTINS**

**MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS: SOB VIÉS DA SEGURANÇA**  
**ALIMENTAR**

RECIFE  
2024

ADRIEL DE ALMEIDA MARTINS

**MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS: SOB VIÉS DA SEGURANÇA  
ALIMENTAR**

Relatório de Estágio supervisionado obrigatório que apresenta à Coordenação do Curso de Bacharelado em Gastronomia da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Gastronomia.

Orientadora:

Prof.<sup>a</sup> Dra. Edenílze Teles Romeiro

RECIFE  
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Bibliotecário(a): Ana Catarina Macêdo – CRB-4 1781

M379m Martins, Adriel de Almeida.  
Movimentos revolucionários: sob o viés da  
segurança alimentar / Adriel de Almeida Martins. -  
Recife, 2024.  
32 f.

Orientador(a): Edenilze Teles Romeiro.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –  
Universidade Federal Rural de Pernambuco,  
Bacharelado em Gastronomia, Recife, BR-PE,  
2024.

Inclui referências e anexo(s).

1. Alimentos - Aspectos sociais. 2. Regionalismo.  
3. Segurança alimentar . 4. Soberania alimentar -  
Pernambuco 5. Alimentos - História -  
Pernambuco . I. Romeiro, Edenilze Teles, orient. II.  
Título

CDD 641.013

ADRIEL DE ALMEIDA MARTINS

**MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS: SOB VIÉS DA SEGURANÇA  
ALIMENTAR**

Relatório de Estágio supervisionado Obrigatório que apresenta à Coordenação do Curso de Bacharelado em Gastronomia da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Gastronomia.

Data:

Resultado:

**Banca Examinadora**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Edenilze Teles Romeiro  
(Orientadora)

---

Prof, Bruno Celso Vilela Correia  
Professor UFRPE

---

Prof. Dra. Ericka Maria de Melo Rocha Calábria  
Professor UFRPE

RECIFE  
2024

## RESUMO

A insegurança alimentar é um termômetro que molda a sociedade, ela expressa as divisões de classes sociais e ao mesmo tempo é um forte mecanismo de manutenção das desigualdades. Pessoas sem alimentação adequada não aprendem e não desenvolvem de forma satisfatória. A Segurança alimentar é a forma básica de desenvolvimento físico e intelectual. O presente relatório teve como finalidade fazer uma breve análise das três revoluções populares pernambucanas e de um movimento social nacional, do ponto de vista histórico, sob o viés alimentar. Para isso, descreveu-se a economia durante o Brasil colônia, a formação do Estado de Pernambuco, e sobre soberania alimentar, buscando o papel do alimento como um dos fatores motivadores de movimentos populares. Para tanto, contextualizou-se as principais revoluções populares nordestinas que foram motivadas pela busca de melhoria econômica, redistribuição de terras e combate à Insegurança Alimentar. A partir dessa perspectiva, pode-se observar que a busca pela Segurança Alimentar é um importante impulsionador de movimentos populares, conjuntamente com outras reivindicações - moradia e emprego, buscando, desta forma, a melhoria da qualidade de vida para a população.

Palavras-chaves: Alimento; Regionalismo; Revoltas Populares; Soberania Alimentar.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	5
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	6
2.1. A ECONOMIA NO BRASIL COLÔNIA.....	6
2.2. A FORMAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.....	10
2.3. SOBERANIA ALIMENTAR: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	9
3. OBJETIVOS.....	13
3.1. GERAL .....	13
3.2. ESPECÍFICOS.....	13
4. CARACTERIZAÇÃO DO ESTÁGIO .....	14
5. MATERIAL E MÉTODOS .....	15
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	16
6.1. AS REVOLUÇÕES NO ESTADO DE PERNAMBUCO.....	16
6.1.1. Revolução Pernambucana .....	16
6.1.2. Confederação do Equador.....	19
6.1.3. Revolta do Cangaço.....	20
6.2. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) .....	22
7. CONCLUSÕES.....	26
REFERÊNCIAS.....	27
ANEXO I - CÓPIA DO TERMO DE COMPROMISSO DO ESO.....	30

## 1. INTRODUÇÃO

Costuma-se enxergar a gastronomia por meio de suntuosos pratos, técnicas, insumos e ambientação. Esta pesquisa, entretanto, trabalhou de forma a expandir a visão gastronômica sobre o valor social que a alimentação possui para além de sua comercialização. Isto é, dando enfoque o quanto a motivação de busca pelo direito ao acesso a uma alimentação de qualidade e em quantidade é capaz de mover estruturas na sociedade. Essa ideia está intimamente atrelada ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (MARTINS, 2015, MARTINS, 2022), sendo a alimentação uma necessidade fisiológica, os gêneros alimentícios possuem grande estima em diversos cenários, sejam eles: econômico, com todas as cadeias produtivas, logísticas e comerciais; ou social, na formulação de políticas públicas, para concessão, permissão e distribuição de terras para produção, ou mesmo na redistribuição de renda para que todos possam ter uma alimentação digna, na garantia da disponibilidade da oferta de alimentos, modulando mercados. O ato de privar outro ser de se alimentar é uma forte estratégia de dominação (MARTINS, 2015, MARTINS, 2022).

A sociedade colonial era dividida de forma rígida, com uma elite composta por grandes proprietários de terras, comerciantes e funcionários da coroa, enquanto a maioria da população era formada por escravizados, indígenas e camadas populares brancas (como pequenos agricultores e artesãos). As grandes propriedades de terra pertencentes a poucas famílias, enquanto a maior parte da população não tinha acesso à terra, criando um sistema altamente concentrado de poder econômico e social.

A economia colonial no Brasil foi marcada por um modelo extrativista e agroexportador, que gerou profundas desigualdades sociais que ainda hoje têm reflexos. Baseada em uma produção para exportação como açúcar, tabaco e, mais tarde, café. Esse modelo gerava riqueza para a elite proprietária de terras, mas a maioria da população vivia em condições de pobreza.

Para tanto, este estudo se debruçou em descrever três movimentos sociais pernambucanos (Revolução Pernambucana; Confederação do Equador; Revolta do Cangaço), e um movimento contemporâneo o MST (Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Esses movimentos possuíam em comum: iniciativa, narrativa e aceitação da massa populacional para que acontecessem, entre os quais a fome e a crise alimentar desempenharam papéis significativos.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 A ECONOMIA NO BRASIL COLONIA

Ainda hoje, muitos historiadores defendem a ideia de que toda a economia durante o período colonial girou em torno do engenho de açúcar, durando isto até o surgimento dos trabalhos nas minas, onde o trabalho dos homens livres tornou-se mais evidente, pois grande quantidade deles foram em busca de melhores condições de vida, e acabaram por realizar diversos tipos de trabalho. Com isso pode-se perceber mais claramente que existiam duas forças de trabalho utilizadas na colônia: a escrava e a livre (FERNANDES; ARMESTO, 2004).

A elite colonial, especialmente os grandes senhores de engenho e fazendeiros, tinha fortes laços com a coroa portuguesa, o que reforçava o controle sobre as riquezas e os privilégios políticos. Essa aliança consolidava um sistema no qual a elite local controlava a terra, a produção e o poder político. As grandes famílias coloniais detinham o controle sobre a economia e a política local, reforçando a concentração de poder e riqueza entre poucas pessoas, o que dificultava a ascensão de outros grupos sociais.

No contexto do Brasil colônia, Josué de Castro (1946), explica que a fome era um reflexo da forma como a terra e os recursos eram distribuídos. Durante o período colonial, a economia brasileira era voltada principalmente para a exportação de produtos como açúcar, café e ouro, o que criou uma estrutura de grandes latifúndios voltados para a monocultura. Isso beneficiava uma elite econômica, enquanto a população mais pobre, especialmente os indígenas e os africanos escravizados, sofria com a falta de acesso à terra e à alimentação adequada.

A escravidão africana foi a principal base da mão de obra na colônia. Os escravizados realizavam o trabalho pesado nas plantações e nas minas, sem direitos ou remuneração. Essa exploração criou um sistema profundamente desigual, onde uma pequena elite acumulava a riqueza gerada pelo trabalho de milhões de pessoas escravizadas. A escravidão criou uma hierarquia racial e social que excluía os negros da participação econômica e política. Mesmo após a abolição, essa exclusão persistiu, com a população negra sendo marginalizada no acesso à educação, terra e trabalho. As camadas mais baixas da população, como os libertos, os mestiços e os indígenas, muitas vezes viviam em condições de extrema pobreza e tinham pouca ou nenhuma mobilidade social.

A mão de obra escrava começou a ser utilizado primeiramente na atividade do engenho, atuando no processo de fabricação do açúcar. Para alguns, esta foi a primeira



indústria do Brasil, pois nela percebia-se claramente a divisão das tarefas, sendo cada escravo especialista na sua função, e devido ainda a existência de uma hierarquia entre os escravos, partindo dos que desempenhavam a tarefa mais simples para aqueles que desempenhavam as mais complexas (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006; RODRIGUES, 2020).

Um escravo custava muito caro ao senhor, e custaria mais caro ainda se ele fugisse antes mesmo do período em que seu trabalho pagasse as despesas que seu dono teve ao comprá-lo e ainda mais se fosse ele um “mestre do açúcar” (ofício desempenhado pelo escravo do topo hierarquia na atividade açucareira). Assim, o senhor buscava meios para evitar que as fugas se realizassem. O Senhor costumava dar um pedaço de terra para o escravo plantar, chamado de “brecha camponesa”, nesta ele plantava seu alimento para subsistência e havendo excedente, podia vender e assim quem sabe adquirir manumissão, outro incentivo dado ao escravo, a possibilidade de comprar sua própria liberdade. Dependendo também da tarefa que o escravo desempenhasse no engenho, este recebia gratificações em dinheiro devido ao trabalho realizado, perder um escravo especializado seria um grande prejuízo (RODRIGUES, 2020).

Porém, estes incentivos não agradavam a todos, como diz Schwartz (2001, p. 103), “(...) alguns escravos recusavam qualquer adulação ou persuasão para colaborar e resistiam à escravidão de todas as maneiras possíveis (...)”. Vale ressaltar que, esses incentivos ao trabalho escravo não aconteciam em todos os lugares, eles eram dados onde a possibilidade de fuga era maior e em engenhos muito próximos das cidades. Em um engenho isolado, onde os castigos aos escravos não saltam aos olhos da comunidade e onde as possibilidades da captura de um escravo “fujão” é maior, o senhor quase não se preocupava em agradar para manter seus escravos (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Os escravos além de terem trabalhado no engenho de cana de açúcar, foram a principal mão-de-obra da mineração e ainda atuaram no processo de povoamento do sertão nordestino, participando da atividade pecuarista. Não esquecendo o escravo urbano, que desempenhava diferentes funções, que sendo ele de ganho ou de aluguel, sempre gerava lucros para o seu dono (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006; RODRIGUES, 2020).

O trabalhador livre sempre fez parte da economia colonial, e no período onde a principal atividade econômica era a produção de açúcar, estes viviam em prol das fazendas, sendo as cidades daquele momento abastecedoras deste sistema, e o poder político era exercido em sua maioria pelos grandes latifundiários. Com o surgimento da extração de minérios como atividade econômica, grande foi a ida de trabalhadores livres em busca de alguma oportunidade. Estes trabalhadores livres eram em sua maioria degredados que vieram

de Portugal, além destes, negros libertos sem trabalho, e ainda, os descendentes destes e daqueles. Todos eram chamados de vadios por aqui não terem conseguido inserir-se em uma atividade econômica fixa, já que existia pouco espaço no sistema escravocrata para homens livres, assim viviam da realização de trabalhos esporádicos (RODRIGUES, 2020).

Souza (1986, p.61) fala dessas condições favoráveis para a proliferação destes desclassificados, partindo justamente da análise da estrutura econômica que não dava oportunidade para eles. Um exemplo citado pelo autor é a grande aglomeração destes na região das minas, visto que não podendo absorver todos, ficavam grande parte desses perambulando. Inicialmente quem tinham direito de explorá-las eram somente aqueles que eram ricos e tinham escravos, sendo permitido depois para os trabalhadores pobres livres que tinham escravos o trabalho no garimpo e na faíscagem, que não rendia nem o suficiente para a alimentação destes trabalhadores, lembrando ainda que muitos destes escravos morriam por causa do serviço insalubre.

Assim, tendo cada vez menos como se manter, os ditos desclassificados, por não pertencerem a nenhuma classe econômica da época, passaram a serem vistos como um problema social, incomodando inclusive o Poder Público, que tratou de ocupá-los, muitas vezes obrigando-os (com pena de serem expulsos da capitania ou recrutamento) a realizar trabalhos que não havia quem desempenhassem, pois os escravos não podiam, por dois motivos: deixariam de realizar seu trabalho na lavoura e ainda poderiam fugir com mais facilidade. Isto fez com que estes “vadios” passassem assim de problema social para solução na realização de alguns serviços em obras públicas, inclusive construção de presídios; lavoura; constituíram polícia privada; atuaram na formação de fronteiras e na expansão territorial brasileira; e ainda atuaram nas milícias e corpos militares. Vale ressaltar que, em sua maioria, eram de pessoas sem experiência em certas atividades, sendo assim a falta de preparação para a realização de alguns trabalhos vinha a torná-los novamente um problema para o poder público. Mas, não por isso, deve ser esquecido ou desqualificado os grandes préstimos que o trabalho destes deram para a solidificação do Estado do Brasil.

O Estado não apenas interferia na economia da província, como também na religiosidade do povo. Para Souza (1986) o fato da existência da monarquia inscrever-se nos negócios do espírito através do padroado foi um dos fatores que gerou um distanciamento dos dogmas cristãos modernos, fazendo perdurar uma vivência da religião medieval na colônia. Em 1551 foi criado o bispado na Bahia, sendo o bispo indicado pela Coroa portuguesa. Em 1545 a 1563 ocorre o Concílio de Trento que define como deveria ser essa ação da Igreja católica pelo mundo, porém sua ação efetiva apenas se dá na Europa. Em 1622 é criada a

Congregação para propagação da fé, que visava resolver o problema do “paganismo” em que se encontrava a colônia portuguesa. Sendo assim, percebe-se que de 1500 até 1622, o Brasil apenas contava com este bispado e com atuação de alguns jesuítas (exs: Benci e Antonil) para proliferar uma visão mais racionalizada do cristianismo.

Laura Souza (1986), ainda afirma que até 1750 o Brasil ainda estaria vivendo uma religiosidade medieval, baseada em misticismo, magicalismo, demonialismo e poderes sobrenaturais.

Fato mais importante da religiosidade brasileira foi a diversidade de vivências, já que nesta habitavam diferentes povos: índios, negros, cristãos-novos, degredados etc. Cada povo passou a unir os valores cristãos aos que já tinham, havendo assim, o sincretismo de diversas crenças. Por exemplo, os índios continuavam a dar poderes divinos à natureza, os negros continuaram a cultuar os deuses do candomblé juntamente com os católicos; os cristãos-novos tinham sempre uma tendência em valorizar mais os ensinamentos do Antigo Testamento que os do Segundo Testamento; os degredados foram os maiores responsáveis pela perpetuação da religiosidade medieval, que pode-se dizer, persiste ainda hoje em nossa sociedade. Deve-se lembrar que estes sincretismos não eram aceitos pela religião oficial, afinal a Coroa Portuguesa e o Estado Português eram católicos, e conseqüentemente todas as suas colônias deveriam o ser (SOUZA, 2021).

A Igreja Católica tentava conscientizar os cristãos, educá-los, fazer com que eles compreendessem as palavras dos evangelhos e não apenas as decorassem; e também havia as visitas do Tribunal da Santa Inquisição, que recolhiam denúncias e depois julgava os acusados. As denúncias eram as mais variadas e mostravam sempre o descrédito do povo para com a religião oficial: desacato a inquisição, críticas às vendas de indulgências, ao celibato, à adoração de imagens e crucifixos; desconhecimento dos dogmas; pedidos ao Diabo; etc. Percebe-se assim, a falta de empatia que se tinha contra a religião oficial, mas também é preciso notar que apesar desta, havia um grande medo de ser taxado como herege e de ser denunciado (SOUZA, 2021).

Outro ponto crucial foi a Lei nr. 601, de 1 de setembro de 1500, que dispôs sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se

declara. Cerne da concentração de grandes latifúndios na mão de poucos, que irão dar subsídios para a formação de um Estado desigual, social e economicamente.

Mesmo após a Independência do Brasil, em 1822, e a abolição da escravidão em 1888, a estrutura social e econômica do país não mudou drasticamente. A concentração de terras e riquezas permaneceu nas mãos de uma pequena elite, enquanto a maioria da população continuou excluída dos benefícios econômicos. A economia colonial criou disparidades regionais, com o Nordeste, por exemplo, concentrando a produção de açúcar e ficando economicamente dependente desse ciclo, enquanto outras regiões desenvolviam-se de forma diferente, agravando as desigualdades econômicas entre regiões do país.

O sistema econômico colonial brasileiro, baseado na exportação de produtos agrícolas e na exploração da mão de obra escravizada, consolidou uma estrutura social profundamente desigual. A concentração de terras, riqueza e poder nas mãos de poucos perpetuou uma hierarquia social rígida, cujas marcas ainda são visíveis na distribuição desigual de recursos e oportunidades no Brasil atual.

## 2.2 A FORMAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Pernambuco foi, juntamente com a Bahia, uma das primeiras regiões do país a serem ocupadas e colonizadas por portugueses, no século XVI. Antes da chegada dos europeus, o território era ocupado por indígenas, como os tabajaras e os caetés (CAVALCANTI, 2011).

Em 1501, no ano seguinte à chegada europeia, Pernambuco se tornou a principal área de exploração do pau-brasil, árvore nativa da Mata Atlântica e que era retirada e exportada para a Europa, servindo para fabricação de móveis, tingimento de tecidos, entre outros usos. Na década de 1530, com a criação das capitânicas hereditárias, o território pernambucano ficou a cargo de Duarte Coelho, que fundou Olinda e, posteriormente, Recife. Nesse momento da história do Brasil, Pernambuco, aos poucos, se tornava o grande expoente do cultivo de cana-de-açúcar, que se adaptou ao clima e solo da região (CAVALCANTI, 2011).

A economia açucareira, baseada no latifúndio e no patriarcalismo, alavancou Pernambuco ao posto de capitania mais rica do período colonial no século XVII, sendo o principal produtor de açúcar do mundo naquela época. Nesse mesmo século, por volta de 1630, houve a invasão holandesa em Pernambuco, que durou 24 anos (1630-1654), sob o domínio de Maurício de Nassau. Esse governante modificou a paisagem recifense, fundando o Jardim Botânico e o Observatório Astronômico, por exemplo, além de construir Maurícia, considerada a primeira grande cidade da América Latina (CAVALCANTI, 2011).

Após a expulsão dos holandeses, os portugueses se depararam, nos séculos seguintes, com revoltas populares que questionavam o domínio europeu na região, além das lutas dos escravos pela liberdade. O Quilombo dos Palmares, inclusive, estava localizado na capitania de Pernambuco. Revoltas como a Guerra dos Mascates (1710-11), a Revolução Pernambucana (1817), a Confederação do Equador (1824) e a Revolução Praieira (1848-1850) são alguns exemplos da insatisfação popular com o domínio português (CAVALCANTI, 2011).

### 2.3 SOBERANIA ALIMENTAR: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O conceito de Segurança Alimentar, surge no período da Segunda Guerra Mundial, após sua criação a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, estabeleceu um indicador de Segurança Alimentar, que mede a disponibilidade calórica per capita de cada país. A questão sobre o acesso das pessoas aos alimentos necessários à sua sobrevivência e bem-estar, passou a ser fortemente discutida a partir do trabalho de Josué de Castro na FAO na década de 1950, a partir daí a discussão não parou mais.

Desde então, a segurança alimentar se tornou uma questão recorrente e promoveu a criação, em 1945, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO (da sigla em inglês). A fim de posicionar a alimentação como tema estratégico mundial, a FAO junto à ONU, proclamou em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na qual reconhecia a alimentação como um dos direitos humanos básicos (FAO, 2021).

De acordo com a FAO (2021) a segurança alimentar existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável. A segurança alimentar ainda deve contemplar práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sociais, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 1988; MALUF, 2007).

A soberania alimentar abrange a saúde e o bem-estar proporcionados pela qualidade e regularidade alimentar, não se desassociando de outros direitos humanos básicos, tais como, a acessibilidade a educação, ao emprego, a moradia, ao lazer, a preservação cultural, e a própria produção alimentar. Segundo o CONSEA (2004, p.4):

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base

práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sociais, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Cada país tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda população, respeitando as múltiplas características culturais dos povos (CONSEA, 2007).

Os parâmetros aceitos, para se avaliar se a população de um determinado país se encontra ou não em situação de segurança e soberania alimentar são: se as pessoas dispõem de recursos para adquirir (ou produzir) a sua alimentação; se têm acesso físico aos alimentos; se esses são de qualidade; se os alimentos que consomem estão de acordo com a sua cultura alimentar e com as suas próprias escolhas (CONSEA, 2007; BRASIL, 2006; BRASIL, 2010).

Assim, os Componentes da Segurança Alimentar e Nutricional são: Disponibilidade de Alimentos: Refere-se à oferta suficiente de alimentos, que pode ser assegurada por meio da produção local, importações, ajuda alimentar e estoques nacionais. A disponibilidade envolve tanto a quantidade quanto a qualidade dos alimentos; Acesso aos Alimentos: Envolve a capacidade das pessoas de obter alimentos através de diferentes meios, como compra, troca ou doação. O acesso pode ser influenciado por fatores econômicos, como renda e preços dos alimentos, bem como por aspectos sociais e culturais; Utilização dos Alimentos: Diz respeito à maneira como os alimentos são preparados, consumidos e absorvidos pelo corpo. Inclui aspectos de saúde pública, saneamento, práticas de higiene e conhecimento nutricional, garantindo que os alimentos ingeridos sejam utilizados de maneira eficiente pelo organismo; Estabilidade: Refere-se à regularidade no acesso a alimentos ao longo do tempo, sem risco de perdas sazonais ou choques econômicos que possam afetar a segurança alimentar. Isso inclui a resiliência dos sistemas alimentares a crises e desastres naturais (CONSEA, 2007; MALUF, 2007).

A segurança alimentar e nutricional é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das populações (BRASIL, 2006; BRASIL, 2010). Abordar este tema de maneira holística, considerando a disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade dos alimentos, é crucial para garantir que todos tenham a oportunidade de viver uma vida saudável e ativa. Políticas integradas e ações coordenadas são essenciais para enfrentar os desafios da fome e da má nutrição, promovendo um futuro mais justo e sustentável para todos (CONSEA, 2007).

### **3. OBJETIVOS**

#### 3.1 GERAL

- Descrever historicamente três movimentos sociais pernambucanos, e um movimento social contemporâneo nacional, sob viés da segurança alimentar.

#### 3.2 ESPECÍFICO

- Descrever as motivações econômicas, políticas e sociais dos movimentos sociais abordados.
- Analisar o componente alimentar como um dos fatores propulsores desses movimentos sociais.

#### **4. CARACTERIZAÇÃO DO ESTÁGIO**

As atividades de pesquisa que envolveram a realização do Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO) foram desenvolvidas no Laboratório de Gastronomia do Departamento de Tecnologia Rural (DTR) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Localizada na Avenida Dom Manuel de Medeiros s/n, Dois Irmãos, Recife/PE, CEP: 52171-900, *campus* Sede, durante o período de e junho de 2023 a agosto de 2024.

A pesquisa sob a orientação e supervisão da Prof.<sup>a</sup> Dra. Edenilze Teles Romeiro totalizou 360 horas, conforme preconiza o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Gastronomia, como requisito parcial obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Gastronomia.



## 5. MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia para desenvolvimento do relatório deste ESO, se deu por meio de revisão sistemática de literatura em artigos e textos técnicos, com delimitação temporal dos últimos vinte anos (2003 – 2023). Como recorte espacial, foi escolhida a região Nordeste do Brasil, com enfoque em três movimentos sociais relacionados principalmente ao Estado de Pernambuco e um movimento social nacional que segue até os dias atuais, para retratar a contemporaneidade.

Esses movimentos foram eleitos como objetos de estudo, pois retratam a participação ativa das camadas populares em revoltas que envolveram a reivindicação de terras e o direito à produção de alimentos. Em contextos que buscavam melhoria econômica, qualidade de vida e soberania alimentar. São eles:

- Revolução Pernambucana;
- Confederação do Equador;
- Revolta do Cangaço;
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O levantamento bibliográfico teve como base as buscas a livros, textos jornalísticos, documentos e artigos que tivessem conteúdo relevante ao objeto de estudo. Com seus respectivos resumos lidos previamente foi feita a seleção de referência. Pautando-se como coleta exploratória nos portais de textos técnicos, como a biblioteca eletrônica SciELO, o portal de Periódicos CAPES, e portais de periódicos de Instituições de Ensino Superior. E, de forma complementar, sites jornalísticos de reconhecido prestígio.

Utilizou-se os termos “revolução pernambucana”, “levantes”, “revoltas populares”, “movimentos nacionais”, “nordeste”, “soberania alimentar”, “insegurança alimentar”, “alimentos”, “revoltas populares” e “MST”, combinados através dos filtros de buscas “e” e “ou”, para textos publicados em português. Foram desconsiderados textos publicados anteriormente a 2003, ou que em seu resumo não apresentassem vinculação à temática da pesquisa.

## 6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 6.1 AS REVOLUÇÕES NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Pernambuco tem sua história marcada pela busca da manutenção de sua prosperidade, caracterizando um espírito revolucionário e combativo em sua população. Grandes movimentações confirmam isso, como a expulsão dos holandeses através da Insurreição Pernambucana, no século XVII, que influenciou o restante do país começar a formatar um sentimento de identidade brasileira. E, “fez de Pernambuco uma das províncias mais rebeldes durante o período do Brasil Colonial e Brasil Império” (SOARES, 2021; GOMES, 2019, p.11).

Já no século XVIII, a Guerra dos Mascates suscitou questões políticas, econômicas e sociais nos principais centros urbanos pernambucanos da época, Recife e Olinda. Esse conflito foi iniciado justamente pela animosidade entre comerciantes e a nobreza (RIBEIRO; BRITO, 2021, p.165)

Pernambuco, historicamente, foi palco do inconformismo, tendo em vista suas lutas de ideais republicanos, iluministas e liberais, a fim de depor a monarquia e estabelecer um país mais igualitário, como este estudo expõe a seguir (PERNAMBUCO, 2023).

Cito um trecho da letra da música “ Da Lama ao Caos” de Nação Zumbi (1994), que metaforicamente diz que é preciso organizar para desorganizar, ou seja, organizar as ideias e delas gerar movimentos de transformação e mudança.

Peguei um balaio, fui na feira roubar tomate e cebola  
 Ia passando uma véia, pegou a minha cenoura  
 "Aê minha véia, deixa a cenoura aqui  
 Com a barriga vazia não consigo dormir"  
 E com o bucho mais cheio comecei a pensar  
 Que eu me organizando posso desorganizar  
 Que eu desorganizando posso me organizar  
 Que eu me organizando posso desorganizar

#### 6.1.1 Revolução Pernambucana

A Revolução Pernambucana de 1817 foi um movimento de caráter separatista que ocorreu em Pernambuco, no Brasil, durante o período colonial. Essa revolução teve como objetivo principal a independência da província e a implementação de um governo republicano. Assim como a Confederação do Equador, a Revolução Pernambucana foi motivada por uma combinação de fatores econômicos, sociais e políticos, entre os quais a

fome e a crise alimentar desempenharam papéis significativos (ABI-RAMIA, 2016; TAVARES, 2017).

A Revolução Pernambucana ocorreu em um momento de crise econômica e insatisfação política. A região de Pernambuco enfrentava dificuldades econômicas devido à queda dos preços do açúcar no mercado internacional, uma das principais fontes de renda da província. Além disso, a população estava descontenta com os altos impostos e a corrupção do governo colonial. A fome e a escassez de alimentos foram fatores importantes que contribuíram para o descontentamento social e para a eclosão da Revolução Pernambucana. Esses problemas podem ser analisados sob diferentes aspectos (CALADO, 2016; 2016; TAVARES, 2017). Diante desse cenário “o chefe da revolução na capitania, fica hospedado na casa grande de André d’Albuquerque Maranhão e é recebido com galanteria” e com toda a pompa a época (KOSTER, 1942 p.12).

O caráter revolucionário que deflagrou a Revolução Pernambucana no início do século XIX, foi alimentado por movimentações paralelas, porém dessemelhantes. Também com a tendência ao processo de descolonização portuguesa nos países africanos, de modo que essa fragilidade lusitana facilitou a penetração inglesa na economia brasileira (MOTA, 2022). Através de uma convenção secreta<sup>1</sup>, assinada por representantes de Portugal e Inglaterra em solo londrino, acordaram medidas que beneficiava os ingleses. Em troca de proteção em relação as investidas francesas contra os lusitanos (MULTIRIO, 2022).

Nesses processos ambos os países usaram o Brasil para alcançar seus objetivos econômicos, políticos, estratégicos militares e logísticos. A forma como esses regimes se alternavam na criação de políticas tributárias e de taxaço às colônias do Nordeste— em especial Pernambuco, Bahia e Maranhão—associadas às baixas dos valores de exportação do açúcar e algodão, e influenciado pelas cotações do mercado financeiro de Amsterdã<sup>2</sup> em detrimento do mercado financeiro em Londres, criou em Recife<sup>3</sup> um cenário recessivo (DIAS, 2023).

A expulsão holandesa do Brasil, em 1654, deu início a um enfrentamento a uma forte concorrência açucareira. Já que os holandeses se instalaram nas Antilhas<sup>4</sup>, e gradativamente começaram a produzir açúcar que chegou a ser cinquenta por cento mais barato que a

---

<sup>1</sup>Em troca de proteção irrestrita, Portugal se comprometia em viabilizar o comércio através dos portos brasileiros e amparo militar para avanços britânicos em territórios hispânico-americanos.

<sup>2</sup>É considerada uma das bolsas de valores mais antigas do mundo, em operação desde 1602.

<sup>3a</sup> A povoação do Recife surgiu em 1561, tornando-se a principal cidade da Capitania de Pernambuco, sua fama estendeu-se além-mar devido a extensiva cultura da cana-de-açúcar na época.

<sup>4</sup>Território autônomo Caraíba (Caribe), formado por dois grupos de pequenas ilhas, um ao norte das Pequenas Antilhas, outro ao largo da costa da Venezuela.

produção pernambucana. Imputando queda permanente ao mercado inglês. Este cenário aliado a pressão econômica da Inglaterra e da família real portuguesa à colônia brasileira, que por sua vez já vivia em um cenário de renda reduzida e empobrecimento populacional, culminou em revoltas (DIAS, 2023).

A decadência açucareira pernambucana, entretanto, só ocorre em meados do século XVIII, quando começa a passar por um processo desestabilização e, conseqüentemente, o empobrecimento dessa indústria. Questões na economia interna do Brasil também ajudaram a favorecer as complicações vivenciadas na estrutura açucareira. A corrida do ouro fez com que muitos senhores de engenho “abandonassem suas lavouras para se entregar totalmente ao novo negócio: a exploração mineradora” (RIBEIRO; BRITO, 2021, p.161).

O abastecimento das regiões mineradoras resultou em desabastecimento e elevação de preço nos itens de primeira necessidade nos locais onde existiam as culturas açucareiras. Refletindo particularmente na alimentação, caso da farinha de mandioca. Já que para atender as altas tributações da metrópole portuguesa, os donos de terras investiam em cultivos pouco variados, focando suas forças produtivas no açúcar. A alimentação, portanto, se baseava basicamente em milho, farinha de mandioca, carne seca e feijão (SILVA, 2005).

Para além dos fatores externos tal como políticas econômicas e estratégias logísticas militares adotados pelos colonizadores, internamente a região Nordeste era violentamente afetada por severas estiagens. Um ano antes de ser deflagrada a Revolução Pernambucana, em 1816, Pernambuco sofreu com uma grande seca, criando elementos e fomentos para uma revolução.

Isso porque as pessoas ficaram sem condições de manterem a própria sobrevivência. “Não tinha outra alternativa, a população tinha que sair da região, senão morria”(SUASSUNA por DANTAS, 2017), que fala evidencia a negligência da família real portuguesa com sua colônia de maior lucratividade. Já que nenhum mecanismo ou política específica foi trabalhada em caráter popular para amenizar o problema.

Com o crescimento da insatisfação a corte portuguesa começou a sentir desconforto e insegurança, pois temia alguma reação contra ela. Nasce então a “indústria da seca”. Com o governo entrando em ação para acudir os fazendeiros e não a população. Foram construídos grandes açudes, como reservatórios. Mas, não estavam em função das pessoas, e sim do plantio (DANTAS, 2017).

Pode-se observar que outros fatores aceleraram a revolução, destacando a crescente produtividade do setor algodoeiro do Estado do Maranhão a partir de 1812. Tendo em vista as perdas e danos causados pela seca em Pernambuco, as produções algodoeiras ficaram

continuamente menor, causando um colapso econômico-social, acelerando mais que nunca a revolução. Os revolucionários, interessados em solidificar suas pretensões, tentaram estender a rebelião a outros estados do Nordeste, como a Bahia e o Ceará, mas encontraram a resistência das tropas oficiais lotadas nessas províncias, bem como um menor interesse por parte da população, sendo reprimida pelas forças coloniais, resultando na execução de vários líderes revolucionários. No entanto, o movimento teve um impacto duradouro, inspirando futuras lutas pela independência e pela justiça social no Brasil.

### **6.1.2 Confederação do Equador**

A Confederação do Equador foi um movimento revolucionário que ocorreu no Brasil em 1824, no contexto da recém-independente nação brasileira. O movimento teve origem em Pernambuco e se expandiu para outras províncias do Nordeste. Foi uma resposta às políticas centralizadoras do imperador Dom Pedro I, que não atendiam às demandas regionais por mais autonomia e justiça social (LEITE, 1989).

Confederação do Equador foi liderada por figuras como Frei Caneca, um religioso e intelectual que defendia ideais republicanos e liberais. O movimento foi motivado por diversos fatores, incluindo insatisfação com o governo central, a crise econômica, e a opressão social. O governo imperial reagiu com força militar, e o movimento foi reprimido em poucos meses (LEITE, 1989).

Como em 1817, os rebeldes buscaram obter êxito através do apoio de outras províncias, sendo novamente malsucedidos. Entre as novidades da nova rebelião estava a preocupação com a questão racial, algo praticamente inexistente na Revolução Pernambucana. Os revoltosos decretaram o fim do tráfico negreiro à província, o que acabaria sendo um elemento de discórdia, já que nem todos os segmentos participantes estavam interessados num rompimento tão profundo com as condições econômicas até então predominantes, como seria abdicar da mão de obra escrava (LEITE, 1989).

A economia do Nordeste brasileiro no início do século XIX estava em crise, afetando a produção e o abastecimento de alimentos. A seca, a má administração e a exploração colonial deixaram a população vulnerável à fome. Esses fatores contribuíram para o descontentamento social que alimentou a revolta. A região do Nordeste era uma importante produtora de açúcar e algodão. No entanto, a maior parte da produção agrícola estava destinada à exportação, enquanto a população local sofria com a escassez de alimentos básicos. A desigualdade na distribuição de alimentos foi uma das causas do descontentamento popular. O governo central não conseguia ou não queria implementar políticas eficazes para

resolver a crise alimentar no Nordeste. A falta de apoio e recursos do governo imperial para enfrentar a crise foi um dos fatores que levou à revolta (LEITE, 1989).

A repressão do movimento resultou na execução de líderes, como Frei Caneca, e na continuidade das políticas centralizadoras do império. No entanto, a Confederação do Equador foi um marco importante na história das lutas por justiça social e autonomia regional no Brasil. Embora a relação direta com a alimentação não seja o foco principal dos estudos históricos sobre a Confederação do Equador, é claro que as condições econômicas e sociais, incluindo a fome e a escassez de alimentos, desempenharam um papel significativo no descontentamento que levou à revolta.

### **6.1.3 Revolta do Cangaço**

As reminiscências da seca de 1877, mais devastador fenômeno de seca no Brasil, “fomentando a fome de 1915 no nordeste brasileiro como nos Balcãs, Rússia, Polônia, China, há uma memória aldeã recordando a técnica com que os antigos enfrentavam o inimigo implacável, a vela do Chapéu Grande, como apelidavam os velhos sertanejos do Brasil” (CASCUDO, 1957 p.59).

O cangaço foi um fenômeno social que ocorreu principalmente no Nordeste do Brasil, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Este movimento é emblemático de uma região marcada por desigualdades sociais, econômicas e políticas, além de ser fortemente afetada por condições climáticas adversas, como secas severas, que frequentemente resultavam em fome e miséria para a população (QUEIROZ, 1997).

O cangaço surgiu em um contexto de grande desigualdade social e extrema pobreza no sertão nordestino. Os cangaceiros eram grupos armados que percorriam o sertão, muitas vezes desafiando as autoridades locais e se envolvendo em roubos, saques, sequestros e confrontos com a polícia. Embora frequentemente vistos como bandidos, muitos cangaceiros também eram considerados heróis populares por parte da população local, pois desafiavam os grandes latifundiários e as elites políticas. Os cangaceiros eram exímios conhecedores da caatinga, das plantas e dos alimentos. Durante muito tempo (1870 a 1940) dominaram o sertão nordestino, sendo que muitos eram protegidos pelos coronéis, em troca de favores (QUEIROZ, 1997).

Com a Proclamação da República, em 1889, diversos problemas sociais, econômicos assolavam o país, sobretudo no Nordeste, onde a violência, a fome e pobreza aumentavam. Assim, no final do século XIX já se notava o surgimento de focos de cangaceiros pelo norte e nordeste do país. No entanto, o movimento do cangaço adquiriu maior coerência e organização no início do século XX (QUEIROZ, 1997).

O Movimento representou um importante fenômeno social da história brasileira, constituído por indivíduos empenhados em trazer uma nova realidade, mais inclusiva e igualitária, para a população do sertão nordestino. Utilizando a violência, armados com espingardas, facas e punhais, os cangaceiros saíam em bandos por diversos locais do nordeste do país. Saqueavam fazendas, sequestravam e matavam fazendeiros, impondo respeito por onde passavam. Foi nesse contexto que a população começou a se sentir protegida, ficando ao lado dos cangaceiros, símbolos de força e honradez. Por outro lado, haviam os cangaceiros que atemorizavam populações, os quais invadiam aldeias, roubavam, matavam e estupravam as mulheres (QUEIROZ, 1997).

O termo “cangaço” foi escolhido, porque a palavra deriva de canga, peça de madeira utilizada na cabeça do gado para fins de transporte. Nesse sentido, se eles eram nômades, carregavam durante suas caminhadas muitos pertences. Existiam vários bandos de cangaceiros, entretanto, o que mais se destacou foi o liderado durante uma década (1920-1930) por Lampião. Lampião foi uma figura revolucionária, considerado o “**Rei do Cangaço**” ou “Senhor do Sertão”. Seu nome era Virgulino Ferreira da Silva (1897-1938) e nasceu em Serra Talhada, Pernambuco. Foi ex-coronel da Guarda Nacional e passou por quase todos os estados do nordeste lutando contra a injustiça. Maria Bonita, mulher de Lampião, ficou conhecida como a “Rainha do Cangaço”. Seu nome era Maria Gomes de Oliveira (1911-1938) e foi um dos ícones do movimento cangaceiro, sendo a primeira mulher a participar do grupo, lutando bravamente (QUEIROZ, 1997).

A fome e a miséria tiveram um papel significativo na gênese e na perpetuação do cangaço. Vários fatores explicam essa relação: **Secas e Fome:** O Nordeste brasileiro é uma região que sofre historicamente com secas periódicas. A falta de chuvas devastava a agricultura, principal fonte de subsistência das populações rurais, levando à escassez de alimentos e à fome. As secas de 1877-1879 e outras subsequentes foram particularmente severas e desestabilizadoras; **Desigualdade Social e Concentração de Terra:** A estrutura agrária do Nordeste era marcada por grandes latifúndios e pela concentração de terras nas mãos de poucos proprietários. Os pequenos agricultores e trabalhadores rurais, desprovidos de terra e recursos, enfrentavam dificuldades para garantir sua subsistência, o que exacerbava a fome e a pobreza; **Falta de Políticas Públicas:** A ausência de políticas eficazes para lidar com a seca e a miséria contribuía para o agravamento das condições de vida no sertão. O governo muitas vezes falhava em fornecer ajuda adequada às populações afetadas pela seca, aumentando o desespero e a revolta (SOUZA, 1979).

O cangaço teve um impacto profundo na sociedade nordestina. Embora os cangaceiros sejam frequentemente lembrados por sua violência e criminalidade, também levantaram questões importantes sobre a injustiça social e a desigualdade. Líderes como Lampião (Virgulino Ferreira da Silva) se tornaram figuras lendárias, simbolizando a resistência contra um sistema opressor. A fome e a miséria foram fatores cruciais que contribuíram para o surgimento e a perpetuação desse movimento. Em um ambiente marcado por desigualdade social, falta de oportunidades e condições climáticas adversas, o cangaço emergiu como uma resposta desesperada de muitos indivíduos para enfrentar a dura realidade do sertão. Esse fenômeno destaca a importância de abordar as causas profundas da pobreza e da fome para prevenir a eclosão de movimentos similares no futuro.

## 6.2 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

A história das lutas camponesas baseia-se na história da estrutura política e econômica do Brasil. As disputas por territórios e por grandes áreas de terras concentradas na posse de poucos donos uma concepção distante de ser o início construído dessa história a qual se inicia com o descobrimento do país. Ainda, em outra perspectiva, pode-se pensar nessa pela invasão do Brasil pelos portugueses e pelos europeus, indivíduos os quais acarretaram a morte de milhares de indígenas nativos, habitantes e passíveis ao longo processo de colonização que se deu com essa chegada (COTRIM, 1996).

O problema da distribuição de terras perdura como uma problemática no Brasil, pois no ano de 1964, início do governo ditatorial cívico-militar no Brasil, marcou-se um viés importante na questão agrária do País: a criação da Lei da Terra no governo do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. A proposta, do então chamado “Estatuto da Terra”, era colocar em prática a questão da distribuição de terras e firmar a função social dessa no país. A partir da criação desse segmento de aspecto jurídico na questão fundiária, criam-se também dois momentos destacáveis nesse cenário político: a possibilidade de uma Reforma Agrária - agora pautada na Lei -, e a modernização do campo como uma capitalização da função social da terra (VINHAIS, 1968).

Nesse contexto, com a criação desse estatuto entre as décadas de 60 e 70, é que também se inicia no País o processo de modernização tecnológica no campo, fator inaugural de um grande episódio de êxodos rurais, os quais consolidaram as desigualdades na produção das terras a partir dessa modernização. Partindo então desse momento socioeconômico e também geográfico, pontos responsáveis por mudanças nos cenários das famílias do campo no



território brasileiro, é que se constituem as dificuldades dessas famílias em fazer da agricultura familiar um meio de subsistência, assim como a perpetuação gradativa de uma desigualdade em relação à ocupação de terras, já que tal êxodo, situado em cidades ou fronteiras, transformou a população camponesa em uma mão de obra barata a qual abandonou a produção no campo; ao passo que essa situação também colocou outra alternativa como saída: a resistência e a ficada no campo (STÉDILE; FERNANDES, 2012).

É preciso ressaltar que esse processo de resistência aqui exposto, estabelece-se no sentido político, ou seja, propõe-se a demarcar não só uma posição territorial, mas também ideológica, pautada na luta de classes e na resistência dos processos hegemônicos da produção capitalista, cedendo lugar então ao nascimento dos movimentos sociais camponeses, que mais tarde denominaram-se de movimentos sócio territoriais (FERNANDEZ, 2005).

As massas rurais, compostas de um lado por assalariados agrícolas (arrendatários e meeiros) e por outro, de camponeses pobres e em condições precárias em suas pequenas posses, formam então as Ligas Camponesas que atuam veementemente de 1945 até 1947, quando entram na clandestinidade com a proscrição do PCB (Partido Comunista do Brasil), que até então impulsionava as ações das Ligas Camponesas (MOTA; ESTEVES, 2006).

Diante, portanto, desse contexto histórico e político no período da ditadura civil-militar cujo Brasil viveu entre os anos de 1964 a 1985, sabe-se que a repressão e a tortura foram instrumentos utilizados pelos militares como meio de combater as ameaças desse suposto inimigo interno, personificado na ideia do perigo comunista, o qual, segundo a exposição Fregonezie; Priori (2017, p. 2471):

“O aparelho repressivo utilizava instrumentos de exceção para combater a oposição política, além da censura dos aparelhos de comunicação”.

Entende-se, então, que a questão agrária nesse período passa por uma reviravolta histórica marcante na luta pela terra. De um lado, uma grande repressão e violência contra os movimentos camponeses, de outro, os governos militares propondo o Estatuto da Terra como alternativa a uma reforma agrária às avessas, que moderniza o campo e não acaba com a concentração fundiária (BRITO, 2014). Assim, é então no período entre 1976 e 1978 que acontece no México um encontro entre Francisco Julião - figura importante na construção e na luta das Ligas Camponesas - e João Pedro Stédile - na época ainda estudante - quem, contemporaneamente, é coordenador nacional do MST.

Tal encontro coloca-se como um embrião para a construção do movimento, o qual começa com suas articulações políticas a partir da redemocratização e da grande expulsão massiva de camponeses do campo, questões que se articulam com os movimentos coletivos os quais lutavam pela democracia e por um país com justiça social (SANTIAGO, 2014). É na efervescência desses movimentos democráticos que surge no período da ditadura militar, e com influências do processo histórico das lutas camponesas no país, o processo de criação do MST enquanto um movimento social. É nesse despertar político e social que através da Igreja Católica, pela perspectiva da Teologia da Libertação, que se criam as Comunidades Eclesiais de Base, pontos de origem à Comissão da Pastoral da Terra (CPT), órgão que passa a dialogar com as populações do campo, além de organizar as lutas políticas pela terra e contra as injustiças, que mais tarde culmina na criação do MST (MOGROVEJO, 2002).

No ano de 1978, a partir de uma expulsão de posseiros pobres de uma reserva indígena kaingang em Nonoai no Rio Grande do Sul, tem-se o registro de 1.200 famílias sem nenhuma posse de terra e que acampavam na beira de uma estrada. Algumas dessas famílias, aceitando uma proposta do governo federal, deslocaram-se para outro lugar, e as que ficaram, sob liderança de João Pedro Stedile, Ivaldo Gehlen e Fladimir Araújo, decidiram ocupar a Fazenda Macali, atraindo a grande mídia para o local, o que visibiliza a luta pela reforma agrária e inaugura um marco no nascimento do MST e de suas primeiras ocupações (MEDEIROS, 2013).

É diante desse contexto de lutas que surge também a União Democrática Ruralista (UDR), que segundo Bruno (1997) é uma organização de grandes latifundiários contra a reforma agrária, distribuída principalmente nas regiões Centro-Oeste e Sudeste do País. Essa entidade opõe-se violentamente contra os trabalhadores do campo a fim de manter a estrutura do monopólio fundiário existente. Em 1981, acontece uma mobilização massiva de trabalhadores rurais no município de Ronda Alta no Rio Grande do Sul, partindo do acampamento Encruzilhada Natalino que estava sofrendo repressões do governo federal e do exército.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasce oficialmente em 1984, que luta pela reforma agrária e por melhores condições de vida para os trabalhadores rurais. A relação entre o MST, a fome e a reforma agrária são profundas e multifacetadas, abordando questões estruturais da distribuição de terras, produção de alimentos e justiça social (MOGROVEJO, 2002).

Segundo Stédile e Fernandes (2012), existem três tipos de reforma agrária: 1) a clássica, que tem caráter capitalista e é feita pela burguesia, pensada na democratização do

acesso da terra e tornando o camponês um produtor autônomo do mercado; 2) a reforma agrária da política de assentamentos que não modifica em nada a estrutura fundiária e apenas dá terra a algumas milhares de famílias, e, por fim; 3) a reforma agrária defendida pelo MST e pelos movimentos sociais, as quais defendem mudanças radicais na estrutura fundiária e na concentração dos monopólios de terra, propondo uma desapropriação regionalizada e que venha a mudar a realidade agrária do país.

A ocupação é uma das características fundamentais do movimento. Trata-se de um dos elementos constitutivos na luta pela terra. Segundo Stédile e Fernandes (2012, p.115), “ela é uma forma de luta contundente”, já que através da ocupação aglutinam-se pessoas que se organizam politicamente, propondo à sociedade o dever de se manifestar, pois ocupar e organizar-se são elementos de contrarreação à desigualdade e à pobreza agrária. A reforma agrária (principal frente de luta pela qual o MST existe), possui várias facetas e conceitos que precisam ser elucidados para a compreensão da proposta que o movimento pressupõe.

Esse movimento consolida-se como um dos marcos políticos da luta pela terra do período, e também é influente na fundação do MST (MEDEIROS, 2013). O MST então, no seu caráter organizativo, trabalha com diversas frentes além da reforma agrária. Ele também vela pela educação, pela saúde, pela produção e pela questão de gênero que, segundo Stédile e Fernandes (2012, p.94-95), são instâncias deliberativas de atividades chamadas de setor, organizadas conforme o processo do movimento foi instaurando-se, porque cada setor desenvolve as atividades as quais lhes são competentes. Como exemplo menciona-se o setor de educação, de produção, de gênero, etc.

O MST desempenha um papel crucial na luta contra a fome e na promoção da reforma agrária no Brasil. Ao redistribuir terras, promover a agroecologia e lutar por políticas públicas justas, o movimento contribui significativamente para a segurança alimentar e a justiça social. A relação entre a fome e a reforma agrária, conforme promovida pelo MST, destaca a importância de abordar questões estruturais e políticas.

## 7. CONCLUSÕES

A relação entre os movimentos sociais e a fome é um exemplo claro de como as condições econômicas e sociais podem influenciar movimentos revolucionários. A crise alimentar, resultante de uma combinação de fatores econômicos e estruturais, é um elemento crucial que alimentou o descontentamento popular e impulsionou a luta por mudança e independência em vários momentos históricos.

Além disso, nos conduz a refletir sobre os diferentes significados da comida e suas representações, e nos indica a necessidade de compreender as práticas alimentares como uma relação à qual os fatores fisiológicos, simbólicos e culturais da alimentação podem estar atrelados. Neste sentido, apreender a comida como uma atitude mais elevada do que apenas ingerir alimentos, permitindo a conexão com os significados que envolvem poder, domínio e direito legal. Esta discussão sinaliza, ainda, a importância do tema de enaltecer a história de um povo através do alimento como um dos impulsionadores de mudança e transformação social.

## REFERÊNCIAS

ABI-RAMIA, J. Revolução Pernambucana. **MultiRio**, 2016. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/artigos/11641-revolu%C3%A7%C3%A3o-pernambucana-de-1817>> Acesso em: 15 jun.2023

ALBUQUERQUE, W. R.; FRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. ISBN: 85-88070-022

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 05 out. 1988, p. 1. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=CON&numero=&ano=1988&ato=b79QTW E1EeFpWTb1a>> Acesso em: 17 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional nº64 de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 05 fev. 2010, p. 1. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=EMC&numero=64&ano=2010&ato=491ET Q61EMVpWTf2d>> Acesso em: 17 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 18 CONSEAs. 2006, p. 1. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11346&ano=2006&ato=406M TTU5kMRpWT122>> Acesso em: 17 jun. 2023.

BRITO, T. M. **O gosto pelo regional: contribuições da gastronomia para os estudos sobre cozinha regional**. *Ágora*, v. 23, n. 1, p. 232-246, 4 mar. 2014.

CALADO, B. Revolução Pernambucana, um ensaio para a independência do Brasil. **MultiRio**, 2016. Disponível em: <<http://multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/9622-revolu%C3%A7%C3%A3o-pernambucana,-um-ensaio-para-a-independ%C3%Aancia-do-brasil>> Acesso em: 15 jun. 2023.

CASCUDO, L. C. História da Alimentação no Brasil. Primeiro Volume, 1ª Edição. 411p.

CASTRO, J. Geografia da fome. 1946. 10ª Edição Revista. 348p.

CAVALCANTI, Erinaldo. **Pernambuco de muitas histórias**. São Paulo: Moderna, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. In: Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2004. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca\\_Alimentar\\_II/textos\\_referencia\\_2\\_conferencia\\_seguranca\\_alimentar.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/textos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf)> Acesso em: 15 jun. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Documento base para a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**.

BRASÍLIA, 2007. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca\\_alimentar\\_III/texto\\_base\\_3\\_conferencia\\_seguranca\\_alimentar.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_alimentar_III/texto_base_3_conferencia_seguranca_alimentar.pdf)> Acesso em: 15 jun. 2023.

DANTAS, R. **1817: O Estado que aprende a conviver com a seca.** Revista Algomais. 2017. Disponível em: <<https://revista.algomais.com/1817-o-estado-que-aprende-a-conviver-com-a-seca/>> Acesso em: 15 jun. 2023

DIAS, T. A. **Monopólio indireto: colonização mercantil no norte do Estado do Brasil (c. 1710 - c. 1780).** 2017. 383 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <doi:10.11606/T.8.2017.tde-09062017-123316>. Acesso em: 17 jun. 2023.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021.** Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome, 2021.

FERNANDEZ-ARMESTO F. **Comida: uma história.** Rio de Janeiro: Record; 2005.

FREGONEZIE, Ruth; PRIORI, Angelo. A ditadura militar no Brasil: Golpe, Repressão e tortura; 2017. RMC Fregonezi. AA Priori. VIII CIH. 2467 – 2474.

GOMES, W. F. **A contribuição das invasões holandesas no nordeste brasileiro para a formação da identidade nacional.** 2019. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende. Disponível em: <<http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/6294>>. Acesso em: 17 jun. 2023.

KOSTER, H. Viagens ao Nordeste do Brasil. Tradução e Notas de Luís da Câmara Cascudo. Companhia Editorial Nacional, 1942. 614p.

LEITE, Glacyra Lazzari. Pernambuco 1824: A confederação do Equador. Recife: FUNDAJ, 1989.

MALUF, R. S. J. **Segurança alimentar e nutricional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. ISBN 978-85-326-3446-7

MARTINS, L. C. A mística do MST como organizador coletivo. Revista **Mangút: Conexões Gastronômicas**. v. 2, n. 1, p. 22-34, 2022. ISSN 2763-9020. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/mangut/article/view/50218>>. Acesso em: 05 jun. 2023.

MARTINS, U. **Economia açucareira e mineradora.** O Globo Educação. 2015. Disponível em: <<http://educacao.globo.com/historia/assunto/colonizacao-do-novo-mundo/economia-acucareira-e-mineradora.html#:~:text=Os%20holandeses%2C%20ap%C3%B3s%20sua%20expuls%C3%A3o,conhecido%20como%20Guerra%20dos%20Mascates>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

MEDEIROS, Sérgio Monteiro. Desenvolvimento e bem-estar social. Porto Alegre: Dom Quixote, 2013.

MOGROVEJO, Claudia Dias. Movimento dos "Sem Terras" (MST): um estudo sobre as idéias políticas pedagógicas de alguns ativistas / Claudia Dias Mogrovejo; orientador: Leandro Konder. - Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Educação, 2002.

MOTA, Ana; Esteves, F. Formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

MOTA, G. C. **Nordeste 1817: Estruturas e Argumentos**. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2022. Coleção Estudos. Coedição com Edições Sesc. 320 f.

MULTIRIO. **A vinda da família real para o Brasil e os interesses ingleses**. 2022. Disponível em: <<https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/brasil-monarquico/8848-a-vinda-da-fam%C3%ADlia-real-para-o-brasil-e-os-interesses-ingleses#:~:text=Para%20os%20ingleses%2C%20a%20vinda,econ%C3%B4micos%20causas%20pelo%20Bloqueio%20Continental>>. Acesso em: 05 jun. 2023

PERNAMBUCO (Governo do Estado). **Uma terra ativa, de muitos movimentos nativistas que tiveram impacto histórico determinante para o Brasil**. **História**. Disponível em: <<https://www.pe.gov.br/historia>>. Acesso em: 05 jun. 2023.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **História do cangaço**. São Paulo: Global, 1997.

RIBEIRO, E. M.; BRITO, M. C. G. **Pernambuco entre sociabilidades e conflitos no setecentos**. *In*: História de Pernambuco: novas abordagens - Volume 1: Colônia e Império.

RODRIGUES, Gelze; ROSS, Jurandy. **A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectiva geográfica, histórica e ambiental**. Uberlândia: UDUFU, 2020.

SILVA, P. P. **Farinha, feijão e carne-seca: um tripé culinário no Brasil colonial**. São Paulo: Editora SENAC, 2005.

SOARES, T. N.; PINA, S. J. **História de Pernambuco: novas abordagens - Volume 2: República**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. 651p. Recurso Eletrônico. Disponível em: <<https://www.editorafi.org/303pernambuco>>. Acesso em: 05 jun. 2023.

SOUZA, L. N. A elite colonial da capitania de Pernambuco e suas ações no reino de Angola: relações de poder e tráfico de escravizados (1658-1666). *In*: Simpósio Nacional de História, 31, 2021, Rio de Janeiro. **Anais do 31º Simpósio Nacional de História [livro eletrônico]: história, verdade e tecnologia**. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021. Disponível em: <[https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628116888\\_ARQUIVO\\_90f32873305855dbc13a90a3af0cfdc3.pdf](https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628116888_ARQUIVO_90f32873305855dbc13a90a3af0cfdc3.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2023

SOUZA, Laura. **O diabo e a terra de santa cruz**. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

SOUZA, João Gonçalves de. **O Nordeste Brasileiro**. Ceará: Banco do Nordeste, 1979.

TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução Pernambucana de 1817**. Recife: CEPE, 2017.

VINHAIS, Ione. **A gastronomia na literatura brasileira**. Porto Alegre: UFRS, 1968.

## ANEXO I - CÓPIA DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESO



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIO



### TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO BACHARELADOS/TECNICOS

<p><b>1. CONCEDENTE</b>  <b>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO</b>, adiante <b>CONCEDENTE</b>            CNPJ: 24.416.174/0001-06            ENDEREÇO: Av. Dom Manoel de Medeiros S/N, Laboratório de Gastronomia – DTR/UFRPE            BAIRRO: Dois Irmãos    CEP: 52171-900            CIDADE: Recife    ESTADO: PE            REPRESENTADA POR: Ederlize Teles Romeiro            CARGO: Professora do curso de Bacharelado em Gastronomia            EMAIL: ederlize.teles@ufrpe.br    TELEFONE: 3320.6284</p>
<p><b>2. ESTAGIÁRIO</b>  <b>ADRIEL DE ALMEIDA MARTINS</b>, adiante <b>ESTAGIÁRIO</b>            CPF: 05258578429    RG: 5907382    ÓRGÃO DE EXPEDIÇÃO/UF: SDS/PE            DATA DE NASCIMENTO: 21/01/1982            ENDEREÇO: Rua Getúlio Vargas 20            BAIRRO: Jardim Primavera    CEP: 54753-370            CIDADE: Camaragibe    ESTADO: PE            EMAIL: adriel.amartins2@ufrpe.br    TELEFONE: 99491-4464</p>
<p><b>3. INSTITUIÇÃO DE ENSINO</b>  <b>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO</b>, adiante <b>UFRPE</b>            CNPJ Nº 24.416.174/0001-06            Natureza jurídica da instituição: autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação            Av. Dom Manoel de Medeiros S/N Dois Irmãos, Recife/PE. CEP: 52171-900            Representada por <b>Marcelo Brito Carneiro Leão</b>, residente nesta cidade, na qualidade de Reitor.</p>

As partes acima nomeadas celebram entre si este TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, de acordo com o disposto na Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 e legislação complementar, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA 1ª – DO OBJETIVO**

O presente Termo de Compromisso tem por objetivo estabelecer as normas e condições de realização do **ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO**, em consonância com o que estabelece a Lei 11.788/2008 e normas complementares.

**CLÁUSULA 2ª – DO ESTAGIÁRIO**

O ESTAGIÁRIO é aluno do curso de Bacharelado em Gastronomia da UFRPE, estando regularmente matriculado no 8º período.

**Campus:** Sede

**CLÁUSULA 3ª – DAS CONDIÇÕES DO ESTÁGIO**

O estágio será realizado no Laboratório de Gastronomia do Departamento de Tecnologia Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco, no endereço: Av. Dom Manoel de Medeiros S/N Dois Irmãos, Recife/PE.

Vigência do estágio: 01/06/2023 a 24/08/2023

Dias:

Horários:

- ✓ segunda-feira      07h às 13h
- ✓ terça-feira         07h às 13h
- ✓ quarta-feira        07h às 13h



✓ quinta-feira 07h às 13h

✓ sexta-feira 07h às 13h

Carga-horária total da disciplina: 360h

**SUBCLÁUSULA ÚNICA** – Em nenhuma hipótese as atividades de estágio poderão coincidir com o horário das aulas do ESTAGIÁRIO.

**CLÁUSULA 4ª – DO PLANO DE ATIVIDADES**

As atividades do estágio deverão ser elaboradas em conjunto pelo ESTAGIÁRIO, pela UFRPE e pela CONCEDENTE, e deverão estar de acordo com a proposta pedagógica do curso, a etapa e modalidade da formação escolar do estudante e o horário e calendário escolar.

**SUBCLÁUSULA ÚNICA:** O (a) estagiário (a) **desenvolverá as seguintes atividades:**

Pesquisa bibliográfica com a temática: O papel dos alimentos como fomento às revoluções nas Américas.

**CLÁUSULA 5ª – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONCEDENTE**

A CONCEDENTE deverá:

- liberar o ESTAGIÁRIO, por ocasião das reuniões de acompanhamento, visitas técnicas e aulas práticas que forem oficializadas pela UFRPE, bem como a redução da carga horária do estágio, pelo menos à metade, nos períodos de avaliação de aprendizagem, programadas no calendário escolar;
- manter as instalações com condições de proporcionar ao ESTAGIÁRIO atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- respeitar o limite máximo legal de 10 estagiários por SUPERVISOR;
- disponibilizar ao ESTAGIÁRIO os equipamentos de segurança que se fizerem necessários e exigir o seu uso durante o desempenho das atividades do estágio;
- não expor o ESTAGIÁRIO a riscos ambientais insalubres ou perigosos, sem o uso dos EPI's e EPC's obrigatórios, dentro dos limites de tolerância;
- informar ao ESTAGIÁRIO todas as normas de Segurança do Trabalho previstas para seu estágio;
- entregar quando do desligamento do ESTAGIÁRIO, termo de realização do estágio, com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

**CLÁUSULA 6ª – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA UFRPE**

A UFRPE se compromete a colaborar com a CONCEDENTE e com o ESTAGIÁRIO para que a realização do estágio atinja os seus objetivos acadêmicos e ocorra em observância aos dispositivos legais e regulamentares pertinentes, devendo para tanto:

- avaliar as instalações do local em que será realizado o estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do ESTAGIÁRIO;
- zelar pelo cumprimento deste termo de compromisso, reorientando o ESTAGIÁRIO para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- comunicar à CONCEDENTE o início do período letivo e as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas;
- comunicar à CONCEDENTE o desligamento do ESTAGIÁRIO da UFRPE.

**CLÁUSULA 7ª – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO ESTAGIÁRIO**

O ESTAGIÁRIO deverá:

- apresentar-se ao professor orientador e cumprir as normas estabelecidas para avaliação do Estágio, conforme o projeto pedagógico do curso;
- elaborar o relatório final circunstanciado, sobre o estágio; entregá-lo à empresa concedente para o visto do seu supervisor e, posteriormente, à Coordenação do curso, que o encaminhará para a avaliação do professor orientador.
- responsabilizar-se pelas perdas e danos, que porventura sejam causados à CONCEDENTE e/ou a terceiros, quando agir de forma contrária às normas regulamentadoras do Estágio;

**CLÁUSULA 8ª – DO ORIENTADOR DO ESTÁGIO (UFRPE)**

A UFRPE designa a Professora Edenilze Teles Romeiro, para atuar como orientadora do ESTÁGIO, a quem compete, entre outras atribuições, zelar pelo cumprimento deste Termo de Compromisso e pela observância das normas legais pertinentes.

**CLÁUSULA 9ª – DA SUPERVISORA DO ESTÁGIO (Concedente)**

A CONCEDENTE designa a Sra. Edenilze Teles Romeiro que ocupa o cargo de Professora, para ser a supervisora do estágio, a quem compete, entre outras atribuições, zelar pelo cumprimento deste Termo de Compromisso e pela observância das normas legais pertinentes.

**CLÁUSULA 10ª – DO SEGURO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS**

O(A) ESTAGIÁRIO(A) encontra-se assegurado contra acidentes pessoais, através da **APÓLICE nº 14.820.54062.001**, da **MBM Seguradora S.A.** tendo com ESTIPULANTE a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nas condições e valores fixados na referida APÓLICE, compatíveis com os valores de mercado.

**CLÁUSULA 11ª – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO**

O estágio não gera vínculo empregatício de qualquer natureza, independentemente da concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, ressalvado o disposto sobre a matéria na legislação previdenciária e no Art.15 da Lei 11788/08.

**CLÁUSULA 12ª – DA EXTINÇÃO DO ESTÁGIO**

O estágio será extinto;

- por iniciativa de quaisquer das partes, mediante comunicação por escrito feita com antecedência mínima de cinco (05) dias, respeitando-se o período de recesso;
- na hipótese do ESTAGIÁRIO ser desvinculado da UFRPE.

E por estarem de acordo, firmam as partes o presente Termo de Compromisso em três vias de igual teor para um só efeito.

Recife, 17 de maio de 2023.

\_\_\_\_\_  
ORIENTADORA – UFRPE  
Prof.ª Edenilze Teles Romeiro

\_\_\_\_\_  
SUPERVISORA  
Prof.ª Edenilze Teles Romeiro

\_\_\_\_\_  
INSTITUIÇÃO DE ENSINO – UFRPE  
Coordenação Geral de Estágios

\_\_\_\_\_  
CONCEDENTE  
Prof.ª Edenilze Teles Romeiro

\_\_\_\_\_  
ESTAGIÁRIO  
Adriel de Almeida Martins